

---

## **ALFABETIZAÇÃO, LINGUAGEM, DISCURSO: UMA ENTREVISTA COM A PROFESSORA DRA. CECÍLIA GOULART**

*LITERACY, LANGUAGE, DISCOURSE: AN INTERVIEW WITH DOCTOR PROFESSOR CECÍLIA  
GOULART*

*Cecília Maria Aldigueri GOULART*  
Universidade Federal Fluminense  
goulartcecilia@uol.com.br

*Victoria WILSON*  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
vicwilsoncc@gmail.com

Cecília Goulart é graduada em Letras, com mestrado em Letras com área de concentração em Língua Portuguesa, PUC-Rio (1992). Doutora em Letras com área de concentração em Linguística Aplicada, pela PUC-Rio (1997). Realizou estágio de pós-doutoramento na UNICAMP, sob a supervisão da Prof. Dra. Ana Luiza B. Smolka (ago 2013/jul 2014). É Professora Titular na Faculdade de Educação da UFF - Universidade Federal Fluminense onde atua como docente e pesquisadora no curso de graduação em Pedagogia (desde 1992) e no Programa de Pós-Graduação em Educação (desde 1998). É coordenadora do Grupo de Pesquisa/CNPq Linguagem, cultura e práticas educativas (desde 2002). Foi coordenadora do Programa de Pós-graduação (2002-2004) e coordenadora do PROALE - Programa de Alfabetização e Leitura (2002-2014). Foi coordenadora do GT Alfabetização, leitura e escrita, da ANPEd, durante um biênio (1998-1999). Integrou o CA-Educação da CAPES (2006 e 2007). Foi vice- presidente da Associação Brasileira de Alfabetização - ABAIf (2012-2014), da qual é sócia-fundadora; integra o Conselho Fiscal desta Associação. Trabalha nas áreas de Educação e de Linguística Aplicada ao Ensino de língua portuguesa. Suas pesquisas estão relacionadas aos campos da alfabetização; ensino e aprendizagem da língua portuguesa, com ênfase no trabalho com o discurso na escola; práticas escolares/ práticas discursivas na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos. Tem várias publicações na área entre livros e artigos.

**V.W.** – Cecília, é um prazer e uma honra poder entrevistá-la para esse número da revista *Pensares* do nosso Programa de Mestrado PROFLETRAS, cujo dossiê “Letramento, alfabetização e práticas socioculturais: reflexões ainda necessárias”, me fez lembrar muito das leituras de seus textos, das discussões acaloradas nos encontros do grupo de pesquisa, e da sua importante contribuição acadêmica, profissional, seja no âmbito da alfabetização, particularmente, seja no das demais séries do Ensino Fundamental e Médio e, inclusive, o Superior.

**C.G.** – Agradeço muito aos editores da Revista *Pensares* pelo convite para a entrevista. É um prazer grande me pensar em interlocução com meus colegas, professoras e professores, alunas e alunos da UERJ-FFP, além de outros leitores desse periódico que vem construindo uma história bonita na área de Letras com forte interface com a área de Educação. Aliás, esse é o meu lugar também: minha formação acadêmica é toda na área de Letras/Linguística e minha atuação tem sido toda voltada para a área de Educação.

**V.W.** – Em artigo publicado, na revista *Bakhtiniana* de 2014, você discute e problematiza o conceito de letramento, considerando-o, de acordo com o contexto e o cenário das políticas educacionais no Brasil, uma “estratégia de compensação”. Nesse mesmo artigo, você revitaliza o conceito de alfabetização, enfatizando a importância de Paulo Freire. Tendo em vista o tema do dossiê, como você retomaria, hoje, essas reflexões?

**C.G.** – O artigo a que você se refere, *O conceito de letramento em questão: por uma perspectiva discursiva da alfabetização*<sup>1</sup>, juntamente com outro publicado na Revista *RAÍDO*, *Perspectivas de alfabetização: lições da pesquisa e da prática pedagógica*<sup>2</sup>, foram elaborados como resultado de discussões ao longo do estágio

---

<sup>1</sup> GOULART, Cecilia M. A. O conceito de letramento em questão: por uma perspectiva discursiva da alfabetização. Revista *Bakhtiniana*, São Paulo, 9 (2): 35-51, Ago./Dez. 2014.

<sup>2</sup> GOULART, Cecilia M. A. Por uma abordagem discursiva do processo de alfabetização. Revista *RAÍDO*, 2014.

de pós-doutoramento realizado com a professora Ana Luiza Smolka, na Unicamp. Aproveitei esse período para me dedicar a questões relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem da escrita que sentia necessidade de aprofundar, a noção de letramento era uma delas. Mergulhar no conceito de letramento no contexto de outras dimensões do processo de alfabetização que estavam no cenário do ensino escolar inicial da leitura e da escrita, e que continuam no cenário tanto dos estudos quanto das práticas de trabalho com a linguagem na escola, em sentido amplo. E o mergulho foi realizado no horizonte da teoria da enunciação de Bakhtin, ou seja, na perspectiva de uma concepção de linguagem historicamente situada, culturalmente marcada, uma linguagem viva, porque produzida por sujeitos vivos, concretos. Veja bem, eu não me “desfiz” do conceito de letramento. Procurei compreender por que havia tanta mobilização em torno de um termo que re-qualificava o processo de alfabetização. O conceito de letramento visa a destacar a dimensão social desse processo, para além da dimensão linguística. Entretanto, a dimensão social que o conceito de letramento recobre é justamente aquela relacionada ao que havia sido reconhecido como “deficiência” em estudos revistos pela Prof. Magda Soares na década de 1980, no importante livro *Linguagem e escola: uma perspectiva social*<sup>3</sup>. No estudo a autora enfatiza a dimensão política das desigualdades sociais, critica a escola pública que, apesar de ser criada para todos, não é de todos.

Quando se estabelece o conceito de letramento, ao final do século XX, dicotomizando de certa forma o processo de ensino-aprendizagem da escrita, voltam a sobressair as diferenças de conhecimentos que grupos sociais populares levam para a escola como insuficiências que acarretam dificuldades, que precisariam ser “compensadas”. A dupla *alfabetizar* e *letrar* acaba se consolidando, embora de modos variados - *alfabetizar letrando* e *letrar alfabetizando* -, enfraquecendo o conceito de alfabetização. Um conceito potente na histórica proposta de Paulo Freire, quando sinaliza que a leitura do mundo precede a leitura da palavra, o processo de alfabetização entendido filosoficamente como ato político e prática de liberdade. A valorização da leitura do mundo fortalece a valorização do conhecimento de mundo de toda e qualquer

---

<sup>3</sup> SOARES, Magda B.. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. Rio de Janeiro: Ática, 1986.

pessoa, e que é alargado quando se aprende a escrita tomando como base aquele conhecimento de mundo. Nossa compreensão se organiza, então, concebendo o processo de alfabetização como um processo de ampliação da leitura do mundo, na medida em que a escola seja o espaço de conhecer outras formas de dizer o mundo, outras formas de olhar, falar e escrever o mundo, outras linguagens, outras discursividades orais e escritas. Essa abordagem difere de pensar a alfabetização como o ensino-aprendizagem de “práticas letradas”, como se passou a postular. Não se ensinam práticas, a não ser instrumentalmente, “práticas se praticam”, de forma contextualizada, envolvem conhecimentos, são vivenciadas e caracterizam pessoas e grupos sociais diferentemente. Entendemos que a escola seja um espaço em que crianças, jovens e adultos vão expandindo conhecimentos sobre a cultura, nela se reconhecendo e se desconhecendo, com suas variedades linguísticas e conhecimentos - um mundo sociocultural que é, em grande parte, formado e conformado pelos valores da escrita. Por isso a escrita precisa ser aprendida de forma politicamente referenciada. Não há o que compensar, portanto. Os pontos de partida de aprendizes de classes sociais diferentes são diferentes. É preciso compreender.

O conceito de letramento se encorpou e adentrou outras áreas de conhecimento, como em outros países, para designar a aprendizagem inicial de determinados campos de saber: letramento científico, letramento literário, letramento matemático e outros.

Um outro ponto a destacar é que há professores formadores de professores que justificam a necessidade do conceito de letramento, por conta do “despreparo dos profissionais da educação”. A divisão que o conceito favorece entre as facetas social e linguística contribuiria para facilitar o entendimento dos professores. Esta é outra visada do conceito como uma estratégia de compensação. O discurso de desmerecimento do saber dos professores tem sido um dos pilares para o enfraquecimento da educação escolar pública.

**V.W.** – A opção teórico-metodológica por Bakhtin é crucial em seus estudos. Poderia nos falar sobre isso? Por que Bakhtin e quais as suas contribuições para os estudos da alfabetização e do letramento?

**C.G.** – A exclusão dos sujeitos e o trabalho estrutural com categorias gramaticais continuam caracterizando muito da atividade com a linguagem que se realiza na escola. E não é somente nas classes de alfabetização, mas ao longo do processo de escolarização, de um modo geral, desde a Educação Infantil. Nas chamadas aulas de Linguagem e de Língua Portuguesa, e também em aulas de outras disciplinas específicas do currículo, como Ciências, História, Matemática. Todos nós, professores e professoras, não importa de que ano escolar, segmento ou disciplina específica, estamos trabalhando com a linguagem, com o discurso. O nosso, o de nossos alunos, o dos livros e de outras origens, falando, ouvindo, lendo e escrevendo. Essa é a nossa matéria prima, digamos assim. Uma matéria prima, seja de quem for, que tem assinatura, história, vida. A teoria da enunciação de Mikhail Bakhtin, de inspiração marxista, estuda a linguagem como o modo fundamental de constituição dos sujeitos e das relações sociais, de organização da sociedade como um todo, suas ações, emoções, dimensões e instituições. O movimento que institui todas essas ligações caracterizadoras dos sujeitos e da sociedade como um coletivo heterogêneo, histórica e culturalmente, é o princípio dialógico. Em breves palavras, tentando não empobrecer um conceito de extrema complexidade, podemos dizer que esse princípio instaura uma constituição subjetiva plural, somos pessoas constituídas pelos discursos de muitas outras pessoas, tanto do ponto de vista do passado quanto do ponto de vista da cultura, das culturas, dos grupos sociais que integramos e nos integram, e dessa constituição fazem parte conhecimentos, valores, percepções, sensações... Essa concepção de linguagem tem sido fundamental para pensar os processos de ensino- aprendizagem, considerando historicamente e culturalmente as crianças, jovens e adultos que estão na escola. Nessa direção, a relevância que a interação com os alunos passa a ter é enorme - para conhecê-los, estabelecer vínculos de confiança e segurança, compreender seus posicionamentos, provocar reflexões e novas aprendizagens, propor determinadas atividades e exercícios, entre tantas outras possibilidades. O conhecimento acumulado ao longo do tempo pela humanidade, direito de todos a ser socializado pela escola, dialoga com os conhecimentos dos alunos de muitos modos e vai-se hibridizando com ele, provocando novas ações, reações e transformações.

Nas classes de alfabetização, a mesma dinâmica é prevista. Um espaço importante para que os alunos e as alunas falem sobre suas vidas, experiências,

conversando, debatendo textos lidos pelos professores, ou por eles mesmos quando já tiverem autonomia, discutindo propostas de trabalho, organizando propostas de trabalho – tudo temperado pelo movimento fala-escrita-fala e por atividades que provoquem reflexões sobre o conhecimento de características da escrita em si e dos temas que estão circulando entre as crianças, nos livros e em outros materiais portadores de textos. Esses materiais fatalmente estão atravessados por dimensões de áreas de conhecimento que fazem parte da vida social, de uns mais do que de outros, mas todos estão aprendendo. Atenho-me aqui a aspectos do trabalho com a linguagem verbal, oral e escrita. Com certeza, no movimento da sala de aula, outras formas de expressão, outros recursos, são utilizados, enriquecendo, de vários modos, o universo dialógico de conhecimentos dos alunos. Temos chamado essa proposta de perspectiva discursiva de alfabetização e de trabalho com a linguagem na escola, já que há um grande destaque para a produção discursiva que se realiza em sala de aula. Os fundamentos da proposta no Brasil têm origem em estudos dos professores João Wanderley Geraldi e Ana Luiza B. Smolka, ambos estudiosos de Bakhtin. Do ponto de vista específico da compreensão do ensino-aprendizagem do sistema alfabético de escrita no processo de produção de textos espontâneos, a origem de nossas reflexões vem de estudos da professora Maria Bernadete Marques Abaurre e seu grupo de pesquisa. Os estudos dos três professores a que nos referimos foram desenvolvidos, principalmente, nas décadas de 1980 e 1990, mas não somente.

**V.W.** – Como a perspectiva discursiva, fundamentada em Bakhtin e nos autores do Círculo, “dialoga” com o pensamento freireano? As contribuições de Paulo Freire para a educação são inegáveis. Em que medida o pensamento desse educador “ainda” se apresenta como reflexão (e ação) mais do que necessária(s), por que não dizer urgente(s)?

**C.G.** – Os estudos de Bakhtin e de Freire dialogam de certa maneira. Freire foi um filósofo da educação, ocupou-se politicamente de processos de alfabetização, de ensino-aprendizagem e de formação de professores. Bakhtin, por sua vez, foi um filósofo da linguagem, um estudioso de literatura e de processos sociais.

Ambos os autores estiveram ocupados com a sociedade de classes e as desigualdades sociais. Um primeiro aspecto a destacar é a dimensão alteritária: é no movimento com o outro que nos constituímos, que nos formamos sujeitos concretamente. Para Bakhtin, anteriormente a nossa existência como sujeitos, somos intersubjetivos. Ou seja, para sermos sujeitos, precisamos do olhar do outro; nos reconhecemos sujeitos na direção do outro. Paulo Freire destaca a importância da aprendizagem coletiva, aprendemos em comunhão. A obra de Paulo Freire permanece muito atual, pela dimensão humana, política, de conceber os sujeitos nos processos de aprender. Educar como um ato político, como um princípio de liberdade. Penso que ele concordaria com Mia Couto quando escreveu que “Não é segurando nas asas que se ajuda um pássaro a voar. O pássaro voa simplesmente porque o deixam ser pássaro”.

**V.W.** – Ainda é possível ou pertinente, segundo seu ponto de vista, estabelecer uma relação entre letramento e alfabetização?

**C.G.** – Penso ser possível compreender a relação entre os conceitos de alfabetização e letramento, mas não a considero pertinente, necessária. Será mais produtivo concebermos as dimensões político-social e linguística do conceito de alfabetização.

**V.W.** – Sobre os estudos associados aos multiletramentos e ao advento do Letramento Crítico, qual a sua opinião? Seriam mais alguns rótulos para se dizer mais do mesmo ou ensaios relevantes para a revisão e a (re)construção de compreensões outras do letramento?

**C.G.** – Estudos sobre multiletramentos e letramento crítico tomam outra perspectiva teórica como base para conceber os processos de aprendizagem. De nosso ponto de vista, no processo de escolarização, cada pessoa vai cada vez mais adensando seu universo de conhecimentos, de forma complexa e heterogênea. Os conhecimentos se mesclam, se hibridizam, sendo muito difícil compartimentá-los. O pensamento crítico se constitui na diferença entre as

possibilidades que vivenciamos na construção de cada novo enunciado, como modos de reagir a situações da vida, dependentes de nosso interlocutor, de nossa intencionalidade, do lugar em que nos encontramos, entre outros aspectos da situação. Isto é, somos povoados de possibilidades de responder responsabilmente as demandas da vida.

**V.W.** – Qual a importância de Brian Street no contexto dos estudos do letramento?

**C.G.** – Os estudos iniciais de Brian Street sobre letramento (literacy) são da década de 1980. Nessa época, Street faz a distinção entre letramento autônomo e letramento ideológico, distinção essa que serviu de ponto de apoio para muitos estudos no Brasil (Soares; Kleiman). O chamado letramento autônomo seria um processo em que as condições de produção da escrita não teriam relevo, e o letramento ideológico, ao contrário, estaria referido às condições sociais e políticas de produção da escrita, um letramento engajado, crítico. Posteriormente, aconteceu um grupo de estudos sobre o tema que formou o que se chamou de New Literacy Studies. Esses estudos tiveram forte repercussão aqui entre nós e com certeza fortaleceram a utilização do conceito no Brasil.

**V.W.** – Por fim, tratando-se de uma revista do Programa de Pós-Graduação (Mestrado PROFLETRAS), o que você diria aos leitores cujos interesses “ainda” estão centrados no ensino, no cotidiano da sala de aula? Os professores “ainda” são pessoas necessárias, sujeitos da história e de suas histórias, considerando-se o Brasil de hoje, 2017, no cenário das políticas internacionais?

**C.G.** – Penso que, como professoras, professores e futuros professores, não temos o direito de abrir mão do nosso dever de formar as pessoas da melhor maneira possível, responsabilmente. A população continua indo para a escola e matriculando seus filhos, acreditando em nós e contando conosco para que se transformem pelo conhecimento compartilhado e possam modificar seu pertencimento à sociedade. Todos têm direito à escrita, à ciência, à literatura, às artes em geral, ao patrimônio cultural da humanidade. Somos profissionais e



futuros profissionais altamente relevantes à sociedade, por mais que tentem nos desqualificar, nos criticando, criticando nossas formações e propondo materiais apostilados, higienizados e padronizados. Quero ver quem tem coragem de vilipendiar a profissão dos médicos como fazem com a nossa. Merecemos respeito, o respeito com que a sociedade, de um modo geral, nos recebe.